

AUTÓGRAFO Nº 31.051

Projeto de lei nº 813, de 2010

Autor: Deputado Luciano Batista – PSB

Altera a Lei nº 10.876, de 10 de setembro de 2001, que dispõe sobre a execução do Hino Nacional Brasileiro em eventos esportivos realizados no Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – O artigo 1º da Lei nº 10.876, de 10 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º – É obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro nos jogos de abertura e de encerramento dos campeonatos esportivos realizados no Estado de São Paulo.” (NR).

Artigo 2º – A Lei nº 10.876, de 10 de setembro de 2001, passa a vigorar com o seguinte artigo 1º-A:

“Artigo 1º-A – A execução do Hino Nacional Brasileiro prevista no artigo 1º deverá obedecer às prescrições contidas na Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.” (NR).

Artigo 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de fevereiro de 2015.

a) Chico Sardelli – Relator

Comissões

CONVOCAÇÕES

CPI VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NAS FACULDADES PAULISTAS

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos da Comissão parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 56, de 2014, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2423, de 2014, com a finalidade de "investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados 'trotres', festas e no seu cotidiano acadêmico", para uma Reunião a realizar-se no dia 05/03/2015, quinta-feira, às 09:30 horas, no Auditório Deputado Paulo Kobayashi, com a finalidade de ouvir depoimentos das pessoas CONVOCADAS nos termos dos requerimentos 60 e 61/2015, aprovados em reunião realizada em 24/02/2015.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Carlos Bezerra Jr	PSDB	Pedro Tobias
Dilador Borges	PSDB	Welson Gasparini
Adriano Diogo	PT	João Paulo Rillo
Marco Aurélio de Souza	PT	
Ulysses Tassinari	PV	Reinaldo Alguz
Jorge Caruso	PMDB	Itamar Borges
Carlos Giannazi	PSOL	
Sarah Munhoz	PC do B	Leci Brandão
José Bittencourt	PSD	Rita Passos

Sala das Comissões, em 27/02/2015.

a) Deputado Adriano Diogo - Presidente

CPI VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NAS FACULDADES PAULISTAS

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos da Comissão parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 56, de 2014, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2423, de 2014, com a finalidade de "investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados 'trotres', festas e no seu cotidiano acadêmico", para uma Reunião a realizar-se no dia 05/03/2015, quinta-feira, às 14:00 horas, no Auditório Deputado Paulo Kobayashi, com a finalidade de apreciar requerimentos e ouvir depoimentos de pessoas CONVOCADAS nos termos do requeri-mento 59/2015, aprovado em reunião realizada em 24/02/2015.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Carlos Bezerra Jr	PSDB	Pedro Tobias
Dilador Borges	PSDB	Welson Gasparini
Adriano Diogo	PT	João Paulo Rillo
Marco Aurélio de Souza	PT	
Ulysses Tassinari	PV	Reinaldo Alguz
Jorge Caruso	PMDB	Itamar Borges
Carlos Giannazi	PSOL	
Sarah Munhoz	PC do B	Leci Brandão
José Bittencourt	PSD	Rita Passos

Sala das Comissões, em 27/02/2015.

a) Deputado Adriano Diogo - Presidente

Debates

24 DE FEVEREIRO DE 2015 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidentes: ULISSES SALES, CARLOS CEZAR e CHICO SARDELLI
Secretários: CONSTÂNCIA FÉLIX, ED THOMAS, DAVI ZAIA, CARLOS CEZAR e GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ULISSES SALES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Comenta o fechamento do acesso à Limeira na Rodovia SP-147. Afirma que o fato tem trazido prejuízos à economia da região, causando o fechamento de empresas e dificultando o transporte da produção agrícola. Cobra providências da Intervias, concessionária responsável pela rodovia.

3 - LUIZ CARLOS GONDIM

Tece críticas ao Decreto 61.117/15, do Governo do Estado, que dá poder de polícia ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Afirma que a proibição do uso de bombas de irrigação tem causado preocupação aos agricultores. Pede bom senso do Poder Executivo no trato da situação. Propõe que o estado ajude os agricultores na construção de poços. Ressalta a inflação no preço das verduras por conta da crise hídrica.

4 - ORLANDO BOLÇONE

Discorre sobre o trabalho das associações antialcoólicas no Brasil. Declara que elas têm um papel importante na prevenção do alcoolismo e outras formas de dependência química. Cita várias entidades do gênero. Descreve o método de tratamento usado por tais associações. Lamenta a dificuldade de captação de recursos públicos.

5 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para comunicação, afirma ser essencial o investimento em cultura e esporte para a juventude na prevenção da dependência química. Destaca a responsabilidade do Poder Público na questão.

6 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Afirma que a economia brasileira tem se mantido sólida. Cita várias estatísticas, como o crescimento das reservas internacionais, os índices de produção industrial e a ascensão do montante de investimentos estrangeiros. Lembra que mais de 20 milhões de empregos formais foram gerados no País desde 2002. Elenca medidas adotadas no Governo Lula.

7 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Requer a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, com anuência das lideranças.

8 - PRESIDENTE ULISSES SALES

Defero o pedido e suspende a sessão às 15h10min.

GRANDE EXPEDIENTE

9 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h37min.

10 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, líder do PSOL, reforça seu convite para a audiência pública, a ser realizada em 27/02, no plenário José Bonifácio. Informa que esta audiência tem como objetivo debater a precarização dos professores da categoria "O". Ressalta as precárias condições das escolas, a superlotação de salas, violência, baixos salários e a falta de material didático e de limpeza. Compara a situação paulista com a do Paraná. Relata que o governador do Paraná, Beto Richa, cortou as verbas da Educação e que o governador Geraldo Alckmin fechou três mil salas de aula, sobrecarregando as existentes. Menciona o ajuste fiscal que deverá ser realizado pelo governo federal.

11 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Assume a Presidência.

12 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, líder do PTB, questiona a saída do Supremo Tribunal Federal, cinco anos antes, do ex-ministro Joaquim Barbosa. Diz não entender a reação odiosa do juiz federal Sergio Moro contra o ministro José Eduardo Martins Cardozo. Afirma que o ministro da Justiça tem o dever de receber os advogados em defesa de seus clientes. Cita matéria do jornal "Folha de S. Paulo", no domingo, sobre a degradação humana, a violação dos direitos humanos e a dignidade. Defende o ministro José Eduardo Martins Cardozo, por sua posição correta, corajosa e amparada pelo Estatuto dos Advogados. Parabeniza o ministro Cardozo.

13 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

14 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Defero o pedido às 16h51min, reabrindo a sessão às 17h05min.

15 - JOÃO PAULO RILLO

Pelo art. 82, em nome do PT, menciona sua visita à Divisão de Saúde de São José do Rio Preto, onde constata a ineficiência na gestão. Questiona o secretário David Uip sobre o assunto. Exibe vídeo sobre a matéria, com imagens de um jornalista cinegrafista impedido de realizar seu trabalho pelo segurança e pelo gerente administrativo da unidade.

16 - JOÃO PAULO RILLO

Pelo art. 82, em nome da Minoria, informa que o secretário da Saúde afastaria tanto o segurança terceirizado, como o gerente administrativo, servidor que sofreria sindicância, o que não ocorreu seis meses depois. Ressalta que o segurança apenas cumpre ordens, com orientação de como tratar os que querem expor as fragilidades desta regional de Saúde. Denuncia as fragilidades deste sistema. Mostra sua indignação com a punição do mais fraco.

ORDEM DO DIA

17 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Coloca em votação e declara, sem debate, aprovado requerimento de licença, do deputado Marcos Zerbini, com a finalidade de participar de audiência, com o Papa, na Itália, no período de 26/02 a 09/03 do corrente ano. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Carlos Bezerra Jr., para participar do 1º Fórum do Trabalho Escravo, da ONG Novo Jeito, no período de 04 a 05/03, em Recife. Dá conhecimento e coloca em votação requerimento, do deputado Barros Munhoz, de alteração da ordem do dia.

18 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, como líder do PSOL.

19 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência.

20 - JOÃO PAULO RILLO

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, em nome do PT.

21 - JOÃO PAULO RILLO

Requer verificação de presença.

22 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Defero o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que observa quorum.

23 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Assume a Presidência. Saúda os vereadores Donegá Neto, do PRB, e Jorge Salgado, do PSB, ambos da Câmara Municipal de Mirassol, acompanhados pelo deputado Sebastião Santos. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19hs.

24 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, em nome do PTB.

25 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência.

26 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, em nome da Minoria;

27 - BARROS MUNHOZ

Encaminha a votação do requerimento de alteração da ordem do dia, como líder do Governo;

28 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Assume a Presidência.

29 - GERALDO CRUZ

Para comunicação, questiona a posição do governador Geraldo Alckmin em relação à falta de água no Estado e à Sabesp. Afirma que o PT incentiva a investigação deste assunto. Discorre sobre o caso Petrobras.

30 - CARLOS GIANNAZI

Requer verificação de presença.

31 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Assume a Presidência. Defero o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que observa quorum. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento, do deputado Barros Munhoz, de inversão da ordem do dia.

32 - CARLOS GIANNAZI

Requer verificação de votação.

33 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Defero o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

34 - MILTON LEITE FILHO

Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo.

35 - JOÃO PAULO RILLO

Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo.

36 - CARLOS GIANNAZI

Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo.

37 - JORGE CARUSO

Informa que a bancada do PMDB está em obstrução ao processo.

38 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental.

39 - JOÃO PAULO RILLO

Requer a prorrogação da sessão por um minuto, por dois minutos, por três minutos, por quatro minutos e por cinco minutos.

40 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Registra a manifestação.

41 - CAUÊ MACRIS

Para comunicação, registra e saúda a presença do prefeito Duda, do município de Elias Fausto.

42 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Saúda o visitante.

43 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, combate o veto do governador ao artigo 8º do projeto que gerou a Lei 1.199, de 22 de 22/05/13, relativo à licença gestante no período de estágio probatório. Recorda que o veto fora derrubado por este Parlamento. Combate a Adin do Procurador-Geral Elival Ramos sobre o tema.

44 - TELMA DE SOUZA

Para comunicação, relata reunião realizada com o secretário de Segurança para debater o toque de recolher em Cubatão e a violência no complexo Anchieta - Imigrantes. Afirma que Cubatão não recebeu viaturas e contingente necessário.

45 - ROBERTO FELÍCIO

Para comunicação, faz questionamento sobre a votação dos pedidos de prorrogação do deputado João Paulo Rillo.

46 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Faz esclarecimentos regimentais. Coloca em votação e declara rejeitado o requerimento de prorrogação da sessão por um minuto, restando prejudicados os demais requerimentos. Saúda a presença do vereador Vinícius Grati, da Câmara Municipal de Campinas, acompanhado pelo deputado Davi Zaia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 25/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 19 horas e 10 minutos. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Ulisses Sales.

O SR. PRESIDENTE – ULISSES SALES - PSD - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Constância Félix para, como 1ª Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA – CONSTÂNCIA FÉLIX – PDT - Procedo à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Sarah Munhoz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, hoje eu estou aqui para falar de algo que está acontecendo na nossa região, entre Limeira e Piracicaba.

Há um problema muito sério na SP-147. Por mais ou menos um quilômetro, foi tirado o acesso às empresas que estão ali há praticamente 40 anos. Até entendo ter fechado esse espaço. O que nós não entendemos é como fizeram algo dessa forma, sabendo que Limeira é o berço da citricultura.

Trata-se de uma região que tem produtores de mudas, empresários e pessoas que carregam caminhões com adubos e clientes. É uma região de comércio.

Sr. Presidente, simplesmente fecharam ali, deixando ao deus-dará. Hoje, nós tivemos uma reunião com os empresários da região e fiquei muito triste porque empresas estão fechando. Não sei como irão fazer agora. Ônibus escolares não conseguem entrar, porque foi tirado o acesso.

Deve-se fazer um acesso para a região, para aqueles comerciantes. O que há ali é um monte de buracos, pedras e mató. Nós ficamos sem acesso.

Então, estou pensando o seguinte: se isso tivesse acontecido em frente à sede da Intervias ou da Artesp, se tivessem fechado o acesso, eu queria ver o que eles iram fazer. Será que eles iriam fazer o que estão fazendo com os produtores daquela região?

Não é justo! Nossa cidade de Limeira tem uma história na citricultura. Há mais de 100 anos nós trabalhamos. Nós temos um histórico, basta puxá-lo e constatar. Temos o Dierberger, que é referência para o país inteiro. Agora, eles chegam à região, fecham os acessos e nos tratam como se não fosse nada. Ignoram nosso pedido e deixam tudo como está. Os clientes não entram, os funcionários não entram. Ali há mais de 300 funcionários e eles não têm acesso, não conseguem entrar. E quando nós vamos falar, somos ignorados.

Sr. Presidente, fico indignada ao ver tantas famílias - mais de 15 famílias, mais de 15 empresas - ilhadas, sem acesso. Precisa-se construir o acesso, urgentemente. Já faz tempo que estamos lutando com a própria Intervias e eles nos tratam como se fôssemos insignificantes, não nos dão a mínima atenção. Nenhum técnico nos atende. Somos atendidos por pessoas que não têm como nos responder.

A situação está se complicando. Hoje, reunimo-nos com esses empresários e percebemos a situação de cada um deles. Então, nós pedimos calma. Vamos com calma, mas há grandes empresas que estão lá há quase 40 anos e que estão falando em fechar. Algumas já fecharam, Sr. Presidente.

Quero aqui mostrar para a Intervias que não é só pedágio caro. A questão do pedágio todo mundo sabe, o Brasil inteiro sabe. Mas não vamos ficar escondidinhos lá: nós temos quem fale e estamos aqui para falar sobre esse problema. Espero uma solução muito rápida, pois a nossa cidade, a Câmara Municipal, os municípios, todos estão cientes do que está acontecendo.

Fica aqui o meu protesto. Espero que tenham consciência e respeito com o povo de Limeira. Nossa cidade é uma das maiores cidades do estado de São Paulo. É uma cidade grande e que precisa ser tratada com respeito, assim como todas as pessoas de bem. Ninguém está pedindo favor para ninguém, nós só queremos o nosso acesso. Por gentileza, peço que nos atendam e que resolvam esse assunto muito rapidamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Obrigado, deputada Constância Félix. O pronunciamento de V. Exa. é oportuno neste momento em que enfrentamos uma crise em nosso Brasil e em que precisamos gerar emprego e renda. Por conta de um acesso, podemos ter dificuldades para fazer isso.

Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Dilador Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Uebe Rezeck. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Sarah Munhoz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Telma de Souza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SDD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de falar a respeito da crise hídrica.

Esse decreto que foi feito pelo governador, o Decreto nº 61.117, que dá poder de polícia ao Daee, tem deixado nossos agricultores totalmente perturbados. A situação é muito grave.

Após a reunião com o nosso deputado André do Prado, o deputado federal Márcio Alvino e o secretário Benedito Braga, na sexta-feira, foi dito que iria se revogar esse decreto. Agora, os agricultores que usarem as bombas de irrigação, gastando muita água, podem pegar a multa de 2 mil a 21 mil reais.

A outorga para captar água do Rio Tietê foi suspensa. Teve imbróglio muito grande, uma dificuldade muito grande há mais de seis anos e praticamente só 20% dos agricultores conseguiram a outorga para irrigar suas plantações como a alface, a rúcula, etc.

O que está acontecendo em toda essa discussão? Estamos precisando de bom senso. O que é melhor para o governador para que esses mais de quatro mil agricultores continuem irrigando suas plantas ou continuam trabalhando para pagar suas contas, pagar seus empregados que são milhares? Eles precisam produzir e usam a água que passa pelo Rio Tietê. Quer dizer que não são eles, mas são considerados vilões. Fizeram isso com os agricultores.

O que queremos? Bom senso. O Governo do Estado, na primeira discussão que tivemos com o superintendente do DAEE Ricardo Borsari e o secretário da Agricultura em exercício Rezek, disse: “Vamos fazer outorga para quem tem poços”. Então, se eu sou um agricultor e não tenho condição de ter um poço, qual a facilidade que posso ter para construir um? Porque será que é culpa deles essa falta de água no estado de São Paulo e na Grande São Paulo?

Está na hora de se conversar com o Benedito, o Ricardo, e hoje secretário de Agricultura. Vai um, no outro dia vai o outro. O secretário Benedito disse: “Eu não falei que o governador iria retirar esse decreto”. Conclusão: nós que vivemos continuamente junto com os agricultores eles perguntam: “Qual o fim disso? O que podemos fazer?” Falamos para tirar a água do poço. Dizem: “Não temos poços. Não temos condições de construir um poço”.

Então, governador, bom senso também para a gente que está aqui. Eu como deputado, o senhor como governador, vamos tentar ajudar esses agricultores a construir poços. Essa ideia é muito boa, vem do DAEE. Essa ideia deve vir também do secretário de Recursos Hídricos, do secretário de Agricultura. Temos que pensar e fazer com que os agricultores continuem irrigando suas plantas. A água, depois de jogada nas plantas, volta novamente pelo lençol freático.

Será que só os agricultores são os responsáveis pela falta de água? Será que não devemos continuar educando a população para continuar fazendo economia de água? Economia ao barbear, ao escovar os dentes, ao tomar banho. Todos nós temos que continuar fazendo economia, inclusive os agricultores. Eles têm que ter o microaspersor, a bomba de gotejamento. São caros esses produtos? São. Mas o governo tem a obrigação de dizer: “Vocês estão proibidos de retirar a água do rio para irrigar. Qual a solução que posso dar a vocês?” Porque vai todo mundo parar de comer verdura.

Venho dizendo aqui que uma caixa de alface americana, que por sinal está muito feia ou porque chove demais ou porque não estão irrigadas, que custava em torno de 18 a 30 reais, está custando 75 reais. É um absurdo. Precisamos ter bom senso.

Fazemos um apelo ao Governo do Estado e à Casa Civil para tentarmos solucionar o problema dos agricultores. Nós, deputados, estamos dispostos a conversar, inclusive com o secretário de Recursos Híd